

## CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

### ATA DA 182ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

**DATA:** 27 de agosto de 2025.

**LOCAL:** reunião por videoconferência (Microsoft Teams).

**PARTICIPANTES:** Sérgio Luiz Leite, Presidente do Codefat e Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Luiz Marinho, Vice-Presidente do Codefat e Conselheiro Titular Representante do MTE; Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior, Secretário-Executivo do Codefat; Sandro Pereira Silva, Secretário-Executivo do Codefat substituto; Camila Ferraz Peixoto Cavalcante, Conselheira Titular Representante da CC/PR; Rafael de Azevedo Ramires Leão, Conselheiro Titular Representante do MF; Edilson Urbano da Silva, Conselheiro Suplente Representante do MDIC; Conrado Leiras Matos, Conselheiro Suplente Representante do BNDES; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da UGT; Joílson Antonio Cardoso do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da CTB; Tacimer Kulmann da Silva, Conselheiro Titular Representante da CSB; Roberto Lúcio Rocha Brant, Conselheiro Titular Representante da CNA; Sebastião Antunes Duarte, Conselheiro Titular Representante da CNTur; Caio Mário Alvares, Conselheiro Titular Representante da CNT; Marcelo Viana Paris, Conselheiro Suplente Representante da CONSIF; e, Carlos Alberto D'Ambrósio, Conselheiro Suplente Representante da CNC.

**CONVIDADOS:** Nelma Brito, Representante do FONSET; Francisco Macena da Silva, Secretário-Executivo do MTE e Conselheiro Suplente Representante do MTE; e, Jefferson Heitor de Medeiros Kirchner, Consultor Jurídico Adjunto (CONJUR/MTE).

1    Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, por meio de videoconferência, teve  
2    início a Centésima Octogésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo de  
3    Amparo ao Trabalhador (Codefat), sob a direção do Presidente do Codefat e Conselheiro Titular  
4    Representante da Força Sindical, Sr. Sérgio Luiz Leite. **I – ABERTURA:** O Presidente cumprimentou a  
5    todos e, em seguida, desejou boas-vindas à Sra. Camila Ferraz Peixoto Cavalcante, Conselheira Titular  
6    Representante da CC/PR, e ao Sr. Conrado Leiras Matos, Conselheiro Suplente Representante do  
7    BNDES, que participavam pela primeira de vez de reunião do Colegiado. Na sequência, o Vice-  
8    Presidente e Conselheiro Titular Representante do MTE, Sr. Luiz Marinho, ressaltou que era a primeira  
9    reunião do Codefat sob a presidência do Conselheiro Titular da Força Sindical, desejando-lhe sucesso  
10    na sua gestão e colocando o MTE à disposição para o bom andamento dos trabalhos. O Presidente

agradeceu ao Ministro e Vice-Presidente, e a todos os conselheiros, pela confiança depositada em sua pessoa para presidir o Codefat no biênio 2025/2027, declarando que era uma honra assumir a gestão desse tão importante Conselho. O Conselheiro Titular Representante da UGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, observou que no governo que antecedeu o do Presidente Lula não houve a participação de nenhuma autoridade ministerial nas reuniões do Codefat, ressaltando que o Ministro Luiz Marinho vinha participando de todas as reuniões do Conselho, o que conferia prestígio ao Colegiado. Desejou ao novo presidente do Codefat uma gestão exitosa. Em seguida, o Presidente solicitou ao Secretário-Executivo do Codefat substituto que conduzisse os trabalhos. O Secretário-Executivo do Codefat substituto, Sr. Sandro Pereira Silva, passou ao **tópico II – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 1 - Ata da 181ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de junho de 2025.** O Secretário-Executivo do Codefat substituto indagou se havia alguma manifestação, em não havendo, colocou o item em votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. Observou que a ata ora aprovada seria disponibilizada posteriormente para assinatura dos Conselheiros, via Processos SEI nº 19955.202038/2025-21. Ressaltou a necessidade de os Conselheiros assinarem as atas que já foram aprovadas, e que se encontravam no Sistema SEI, acrescentando que qualquer dúvida ou problema no acesso poderia ser comunicada pelo e-mail institucional da Secretaria Executiva do Codefat (codefat@trabalho.gov.br). Em seguida, passou ao **tópico III – ASSUNTOS PARA APRESENTAÇÃO: ITEM 2 – Tema: Relatório Anual do Emprego, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.** O Técnico do BNDES, Sr. Thiago de Holanda Lima Miguez, informou que o Relatório, relativo ao exercício de 2024, se encontrava em fase final de editoração, com previsão de ser finalizado no mês de setembro próximo, o qual estaria dividido em seis capítulos. Informou que o Capítulo 1 - Economia e Mercado de Trabalho, apresentava os seguintes destaques: a) após um período de instabilidade, o PIB manteve uma taxa de crescimento constante; b) consumo das famílias e Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF responderam pela maior parte da variação do Produto Interno Bruto - PIB desde 2019; c) mercado de trabalho reagiu com mais força: taxa de desocupação no menor valor da série histórica; d) a força de trabalho estava na máxima histórica; e) taxa de subocupação era a menor desde 2019; f) emprego formal atingiu o patamar de quase 55 milhões de pessoas em 2023; g) serviços e comércio seguiam como os maiores empregadores formais; e, h) empregos formais de alta qualificação foram os que mais cresceram no período. Declarou que a recuperação da economia já se refletia no mercado de trabalho, conforme a

seguir: i) após um período de instabilidade com viés de baixa, a economia brasileira conseguiu manter uma trajetória de crescimento nos anos mais recentes acima dos 3% ao ano; ii) ao mesmo tempo, o mercado de trabalho apresentou números consistentes: as taxas de desocupação e de subocupação estavam nas mínimas históricas; iii) a força de trabalho total voltou a crescer e estava na máxima histórica; iv) os empregos formais também aceleraram, com mais força nos empregos de média e alta qualificação; e, v) do ponto de vista setorial ainda havia poucas mudanças perceptíveis, com serviços e comércio seguindo como os maiores empregadores. Prosseguindo, passou aos destaques do

Capítulo 2 – Desempenho do BNDES na Aplicação de Recursos do FAT: a) o BNDES vinha retomando gradualmente o seu patamar histórico de desembolsos de 2% do PIB; b) a antecipação dos pagamentos ao Tesouro Nacional fez com que o FAT retomasse sua proeminência no funding do BNDES; c) desembolsos do BNDES por fonte: FAT – R\$93,9 bilhões e Demais – R\$39,7 bilhões; e, d) entradas de recursos do FAT cresceram nos últimos anos, totalizando R\$28,4 bilhões; e os pagamentos também cresceram, mas mantendo um diferencial positivo, somando R\$22,2 bilhões. Ressaltou que o FAT voltou a ser a principal fonte de funding do BNDES: i) o pagamento antecipado da dívida junto ao Tesouro Nacional levou a uma reorganização do passivo do BNDES, com o FAT retomando a sua proeminência como principal fonte de recursos do banco; ii) as entradas e os pagamentos de recursos entre BNDES e FAT cresceram nos últimos anos, mas o saldo seguia positivo; iii) a aprovação da Lei nº 14.592/2023, que permitiu a aplicação da Taxa Referencial - TR como custo básico em projetos de inovação, levou a um crescimento exponencial na destinação de recursos do FAT para apoiar projetos de inovação; iv) a destinação de recursos para financiar Micro e Pequenas Empresas - MPEs também apresentou um crescimento expressivo de 33,5% entre 2023 e 2024, passando de R\$17,9 bilhões para R\$23,9 bilhões. Na sequência, passou ao Capítulo 3 – Empregos nas Empresas Apoiadas: a) o número de estabelecimentos apoiados pelo BNDES apresentou queda no período; b) em média, cerca de 2 milhões de pessoas trabalhavam em estabelecimentos apoiados pelo BNDES; c) cerca de 30% dos empregos estavam em Micro, Pequenas e Médias Empresas - MPMEs; e, d) a distribuição geográfica dos empregos nas empresas apoiadas estava em linha com os PIBs regionais. Destacou que os empregos nas empresas apoiadas eram relativamente maiores à participação do BNDES no PIB: i) as empresas apoiadas pelo BNDES em 2022 somavam mais de 2 milhões de postos de trabalho, um crescimento de 13,8% em relação a 2021, que totalizou 1,8 milhão, sendo que em 2023 esse número se reduziu para 1,7 milhão; ii) no entanto, esse número

71 representou cerca de 3% de todos os empregos formais registrados na Relação Anual de Informações  
72 Sociais - RAIS, uma participação mais do que proporcional ao 1,0% que os desembolsos do BNDES  
73 representaram em relação ao PIB no mesmo ano; e, iii) as MPMEs foram responsáveis por pouco mais  
74 de 30% desses empregos e 20% deles estavam localizados nas regiões Centro-Oeste, Norte e  
75 Nordeste. Em seguida, passou ao Capítulo 4 – Empregos na Cadeia de Fornecedores: a) o BNDES  
76 utilizava um Modelo Insumo-Produto para as estimativas de empregos na cadeia de fornecedores; b)  
77 os recursos considerados no Modelo cobriam a maior parte dos desembolsos do banco; c) a  
78 contribuição do BNDES estava associada ao tamanho da sua atuação; d) a participação do FAT nos  
79 empregos da atuação do BNDES aumentou em termos absolutos e relativos; e) a aplicação dos  
80 recursos do FAT envolveu atividades com bons encadeamentos de emprego; f) a construção civil foi o  
81 setor com mais empregos envolvidos nos projetos apoiados; g) o setor de máquinas e equipamentos  
82 também se destacou no número de empregos envolvidos; e, h) comércio e transporte eram setores  
83 transversais e apresentaram resultados relevantes. Observou que a utilização do Modelo Insumo-  
84 Produto expandia o raio de alcance da avaliação sobre o emprego: i) nenhuma atividade econômica  
85 se encerrava em si mesmo, ao contrário, ela interagia simultaneamente como fornecedora e como  
86 demandante junto aos demais setores da economia, sendo o Modelo Insumo-Produto ideal para  
87 captar este tipo de interação; ii) a aplicação desse Modelo era um importante instrumento de  
88 avaliação da atuação do BNDES e da aplicação dos recursos do FAT, permitindo que se obtivesse  
89 estimativas sobre os efeitos diretos e indiretos de toda a cadeia de fornecedores que executava os  
90 projetos apoiados; iii) os resultados apontavam crescimento nos empregos envolvidos na cadeia de  
91 fornecedores desde 2022; e, iv) em 2024 foram mais de 700 mil empregos - 11% a mais que em 2022,  
92 dos quais os recursos do FAT responderam por mais de 620 mil - 32% a mais que em 2022.  
93 Prosseguindo, passou ao Capítulo 5 – Avaliações de Impacto: a) havia um número crescente de  
94 avaliações de impacto que consideravam o emprego como variável analítica; b) o emprego era a  
95 variável mais comum nas avaliações de impacto; e, c) a maior parte das avaliações encontrava  
96 impactos positivos da atuação do BNDES no emprego. Informou as avaliações de impacto feitas pelo  
97 BNDES em 2023/2024: i) Efeitos socioeconômicos municipais da construção de usinas hidrelétricas  
98 apoiadas pelo BNDES; ii) Avaliação do impacto do BNDES em inovação; e, iii) Financiamento ao  
99 investimento e crescimento das empresas: uma avaliação panorâmica dos produtos de crédito do  
100 BNDES. O Técnico do BNDES finalizou, passando ao Capítulo 6 – Comentários Finais: i) a primeira

101 edição do Relatório do Emprego era um marco importante para o BNDES, pois marcava um esforço  
102 necessário para que o Banco ampliasse ainda mais a sua transparência e contribuísse para a reflexão  
103 em um tema central à sua atuação como Banco de Desenvolvimento; ii) era um desafio inédito, mas  
104 inequivocadamente essencial, reunir em uma única publicação todas as formas de aferição sobre  
105 emprego derivadas da atuação do BNDES; iii) os resultados parciais ora apresentados indicavam que o  
106 impacto que o Banco podia exercer ainda estava abaixo das suas máximas históricas, mas ao mesmo  
107 tempo diversos indicadores já apontavam melhorias que precisariam ser acompanhadas; e, iv) a  
108 evolução constante do Relatório do Emprego seria alimentada pelas sugestões e aprendizados  
109 derivados do diálogo constante com a sociedade civil. O Secretário-Executivo do Codefat substituto  
110 agradeceu ao expositor do tema e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro  
111 Suplente Representante do MTE, Sr. Francisco Macena da Silva, observou que seria interessante fazer  
112 um recorte no Relatório enfatizando a importância do FAT, até para compor o Evento 35 anos do  
113 Fundo. O Conselheiro Titular da UGT declarou que o Relatório atingiu seus objetivos, com o BNDES  
114 demonstrando os resultados da geração de emprego. O Conselheiro Titular Representante da CTB, Sr.  
115 Joílson Antonio Cardoso do Nascimento, sugeriu que o próximo Relatório apresentasse com maior  
116 clareza a regionalização dos investimentos do FAT, visando identificar os impactos dos recursos do  
117 Fundo em todo o território nacional. Prosseguindo, o Secretário-Executivo do Codefat substituto  
118 passou ao **ITEM 3 - Tema: Apresentação sobre o Projeto de Capacitação de Conselheiros dos**  
119 **Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda (CTER), elaborado pelo Departamento Intersindical de**  
120 **Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).** A Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho,  
121 Sra. Eliana Elias, agradeceu à equipe da Secretaria Executiva do Codefat por todo o apoio para a  
122 seleção e a identificação dos conselheiros da sociedade civil que iriam participar da mencionada  
123 capacitação. Em seguida, apresentou as principais características do Curso: i) número de turmas: 3; ii)  
124 carga horária: 90 horas, distribuídas em 3 módulos; iii) distribuição da carga horária: 56 horas em  
125 encontros síncronos e 34 horas de atividades complementares; iv) modalidade: online - ao vivo em  
126 plataforma de videoconferência; v) total de participantes: 40 participantes por turma; e, v) perfil dos  
127 participantes: conselheiros da sociedade civil - bancadas de trabalhadores e de empregadores.  
128 Informou os objetivos gerais do Curso: a) fortalecer o Sistema Nacional de Emprego -SINE por meio da  
129 capacitação contínua de conselheiros/as dos Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda, promovendo a  
130 construção de um conhecimento crítico sobre o mundo do trabalho; b) qualificar a atuação desses

131 agentes na formulação, implementação e monitoramento das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho  
132 e Renda, ampliando sua capacidade de análise e intervenção; e, c) ao oferecer subsídios teóricos e  
133 práticos, a formação visava não apenas aprimorar a governança do SINE, mas também estimular a  
134 participação ativa da sociedade civil na construção de estratégias mais eficazes para a inclusão social,  
135 geração de emprego e garantia de direitos trabalhistas. Em seguida, relatou a metodologia do Curso: i)  
136 formação para adultos com experiências próprias; ii) aprendizagem com o processo ativo; iii) reflexão  
137 e elaboração ao longo da jornada formativa; iv) abordagem de temas do contexto socioeconômico  
138 atual; e, v) relação entre teoria e prática, na valorização dos saberes dos participantes e na  
139 aprendizagem como processo ativo e dialógico. Apresentou, de forma resumida, o conteúdo de cada  
140 módulo: a) Módulo I – Economia e Trabalho: fornecer instrumentos críticos para a interpretação do  
141 mercado de trabalho no Brasil e no mundo, abordando desigualdades, políticas públicas, concepções  
142 do trabalho como direito e teorias do desemprego, com especial atenção às particularidades dos  
143 países periféricos no capitalismo global, e compreender as transformações estruturais do mundo do  
144 trabalho, analisando suas dinâmicas históricas e contemporâneas, bem como os desafios e impactos  
145 das mudanças socioeconômicas; b) Módulo II - Desenvolvimento e Políticas Públicas: oferecer  
146 ferramentas para a reflexão crítica sobre o impacto do subdesenvolvimento, da inovação tecnológica  
147 e dos arranjos produtivos na geração de empregos dignos e na inclusão social, e buscar aprofundar o  
148 entendimento sobre o papel do Estado, da participação política e do ciclo das políticas públicas na  
149 garantia dos direitos de cidadania e na construção de uma sociedade mais justa e sustentável; e, c)  
150 Módulo III – O SINE e o papel dos CTERs: capacitar os participantes para compreender os eixos  
151 estratégicos do SINE, suas populações prioritárias e a importância dos indicadores e diagnósticos  
152 territoriais na formulação e monitoramento das ações, buscando estimular a reflexão crítica sobre os  
153 desafios e potencialidades do SINE, a atuação dos conselhos e a construção de planos de ação  
154 eficazes para fortalecer a inclusão social e o combate ao desemprego, analisando a estrutura e os  
155 desafios das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil, com foco no funcionamento  
156 do SINE e no papel do FAT. A Diretora da Escola DIEESE finalizou, informando o calendário do Curso: i)  
157 Turma I – início em 01.09.2025, às segundas-feiras; ii) Turma II – início em 09.09.2025, às terças-  
158 feiras; e, iii) Turma III – início em 17.09.2025, às quartas-feiras. O Secretário-Executivo do Codefat  
159 substituto agradeceu à expositora do tema e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O  
160 Conselheiro Titular Representante da CNT, Sr. Caio Mário Alvares, ressaltou que esse curso de

161 capacitação era uma demanda antiga do Codefat, que agora se materializava, parabenizando as  
162 equipes do DIEESE e da Secretaria Executiva do Codefat envolvidos em sua formulação. O Conselheiro  
163 Titular da UGT solicitou que fosse enviado ao Codefat: i) detalhamento do Módulo III, o qual deveria  
164 ser o foco da capacitação; e, ii) a lista de participantes da capacitação. O Conselheiro Titular da CTB  
165 observou que considerava o termo “qualificação” mais apropriado do que “capacitação”. A  
166 Coordenadora-Geral do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CGFAT/DGF/SPT/MTE), Sra. Suely Barrozo  
167 Lopes, destacou que o apoio ao DIEESE foi no sentido de encaminhar os convites às secretarias  
168 executivas dos CTERs e de monitorar e planilhar a indicação de dois conselheiros da sociedade civil  
169 (um dos trabalhadores e um dos empregadores) por Conselho. O Secretário-Executivo do Codefat, Sr.  
170 Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior, ponderou que seria importante o engajamento dos  
171 conselheiros do Codefat a fim de tornar esse projeto de capacitação um programa permanente de  
172 qualificação dos conselheiros dos CTERs, visando propiciar-lhes uma participação mais ativa na  
173 implementação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda em suas respectivas localidades.  
174 Em seguida, o Secretário-Executivo do Codefat substituto passou **ao ITEM 4 – Tema: Boletim de**  
175 **Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda – 2º Trimestre de 2025, pela Subsecretaria de**  
176 **Estatísticas e Estudos do Trabalho – SEET/SE/MTE.** A Subsecretária da SEET, Sra. Paula Montagner,  
177 apresentou alguns dados conjunturais: I) População Economicamente Ativa – PEA: 108,57 milhões de  
178 pessoas; II) quantidade de ocupados: 102,32 milhões de pessoas; III) taxa de desocupação: 5,80%; IV)  
179 taxa de informalidade: 37,8%; e, V) quantidade de empresas optantes pelo MEI: 16,26 milhões de  
180 empresas. Na sequência, relatou o saldo mensal de empregos formais no período de Junho/2024 a  
181 Junho/2025: i) junho: 206.310 empregos; ii) julho: 191.259 empregos; iii) agosto: 239.023 empregos;  
182 iv) setembro: 252.359 empregos; v) outubro: 131.967 empregos; vi) novembro: 106.692 empregos;  
183 vii) dezembro: -552.980 empregos; viii) janeiro: 146.602 empregos; ix) fevereiro: 438.745 empregos;  
184 x) março: 79.659 empregos; xi) abril: 237.780 empregos; xii) maio: 153.184 empregos; e, xiii) junho:  
185 166.621 empregos. Declarou que no acumulado de janeiro a junho de 2025 foi registrado 13.903.526  
186 admissões de empregos formais, e 12.680.935 desligamentos, resultando um saldo positivo de  
187 1.222.591 empregos, sendo 934.616 empregos típicos e 287.975 empregos não típicos. Esclareceu  
188 que eram considerados não-típicos os trabalhadores aprendizes, intermitentes, temporários,  
189 contratados por CAEPF (Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física) e com carga horária até 30  
190 horas. Prosseguindo, informou a quantidade de segurados no 2º trimestre de 2025 por modalidade e

191 respectivo valor de recursos pagos: i) formal: 1.680.134 trabalhadores e R\$12,54 bilhões; ii)  
192 doméstico: 40.206 trabalhadores e R\$211,09 milhões; iii) bolsa de qualificação: 4.213 trabalhadores e  
193 R\$27,23 milhões; iv) pescador artesanal: 171.526 trabalhadores e R\$1,86 bilhões; e, v) resgatado: 647  
194 trabalhadores e R\$3,30 milhões. Prosseguindo, informou os principais dados da intermediação de  
195 mão de obra: I) trabalhadores inscritos: 1.274.355; II) vagas oferecidas: 544.860; III)  
196 encaminhamentos realizados: 1.486.163; IV) trabalhadores colocados: 154.690; V) trabalhadores  
197 segurados colocados: 25.760; VI) taxa de eficiência dos encaminhamentos - colocados/encaminhados:  
198 10,41%; VII) taxa de eficiência dos encaminhamentos dos requerentes do seguro-desemprego: 9,24%;  
199 VIII) taxa de adequação do perfil das vagas - colocados/vagas: 28,39%; e, IX) taxa de esforço na  
200 captação de vagas - vagas/inscrições + ativações: 42,55%. Observou que no 2º trimestre de 2025, em  
201 média, 80,96% dos requerimentos do seguro-desemprego foram solicitados via web. Destacou que  
202 foram registrados 330.423.623 acessos à Carteira de Trabalho Digital e índice de 90% de satisfação  
203 dos usuários. Em seguida, apresentou informações sobre a Classificação Brasileira de Ocupações  
204 (CBO), em atendimento à solicitação efetuada em reunião anterior do Codefat. Esclareceu que a CBO  
205 era o documento que reconhecia, nomeava e codificava as ocupações existentes no mercado de  
206 trabalho brasileiro, por meio de uma metodologia de Descrição das Atividades (DACUM) realizadas  
207 pelos trabalhadores/as, que era posteriormente validada por órgãos de classe, acrescentando que não  
208 se tratava da definição apenas de títulos ou de forma de nomear uma ocupação. Declarou que a  
209 ocupação se distinguia da regulamentação da profissão, a qual era realizada por lei, mediante  
210 apreciação pelo Congresso Nacional. Informou a estrutura da CBO-2024 e respectivo quantitativo: i)  
211 grande grupo - nível mais agregado da Classificação: 10; ii) subgrupo principal - equilíbrio hierárquico  
212 entre grande grupo e subgrupo: 48; iii) subgrupo - domínio dos campos profissionais: 192; iv) família  
213 ocupacional - agrupamento de situações de emprego ou ocupações similares: 609; e, v) ocupação -  
214 agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas: 2.536.  
215 Relatou que o Guia Brasileiro de Ocupações (GBO) era uma Plataforma online publicada em 2022, e  
216 atualizada anualmente, que combinava informações da CBO, do QBQ, RAIS, Novo Caged e do Sine,  
217 sendo composto por dois painéis de pesquisa: a) Características das Ocupações: natureza e o  
218 conteúdo das ocupações - CBO+RAIS; e, b) As Ocupações e o Mercado de Trabalho Assalariado:  
219 principais características e comportamentos do mercado de trabalho para mais de 2.600 ocupações.  
220 Prosseguindo, passou às atualizações da CBO em 2024 e 2025: a) em 2024 foram atualizadas 1.115



ocupações e incluídas 6 novas ocupações; b) em 2025 já foram 885 ocupações revisadas e/ou atualizadas; c) em 2024 foi implementada uma nova metodologia de atualização baseada em um estudo de grande escala, cuja abordagem possibilitou a ampliação do número de revisões, elevando a frequência de atualizações de 12 por ano para mais de 275 famílias ocupacionais que apresentavam descrições desatualizadas, garantindo maior precisão e aderência às transformações do mercado de trabalho; e, d) pretendia-se atualizar toda a estrutura da CBO até maio de 2026. A Subsecretária da SEET finalizou, destacando que as estatísticas do trabalho estavam disponíveis para consulta no Portal do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho: <http://pdet.mte.gov.br/>. O Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu à expositora do tema e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Titular da UGT solicitou ao Presidente que requeresse ao MTE estudos no sentido de incluir na CBO a categoria de motorista de passageiro por aplicativo. O Presidente registrou que seria efetuada a solicitação na forma requerida pelo Conselheiro Titular da UGT, ressaltando que a CBO, dada a sua importância, merecia uma apresentação específica para o Conselho. Prosseguindo, o Secretário-Executivo do Codefat substituto passou ao **ITEM 5 – Tema: Impacto da reforma tributária nas contas do FAT, pela Coordenação-Geral de Recursos do FAT – CGRFAT/DGF/SPT/MTE**. O Coordenador-Geral da CGRFAT, Sr. Paulo César Bezerra de Souza, apresentou breve diagnóstico da Reforma Tributária: i) complexidade excessiva; ii) falta de transparência; iii) conflitos de competência; iv) tensões federativas; v) elevado grau de litígio e insegurança jurídica; vi) desigualdades regionais e sociais; vii) ineficiências alocativas; e, viii) deterioração do ambiente de negócios. Destacou os principais objetivos da Reforma Tributária: a) promover o crescimento da economia brasileira de forma sustentável, com geração de emprego e renda; b) tornar nosso sistema tributário mais justo, reduzindo as desigualdades sociais e regionais; e, c) reduzir a complexidade da tributação, assegurando transparência e provendo maior cidadania fiscal. Observou que a Reforma Tributária se dividia em duas fases: reforma da tributação sobre o consumo, e reforma da tributação sobre a renda e a folha. Declarou que a Reforma Tributária aprovada pela Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, promovia a substituição de 5 tributos por um Imposto de Valor Adicionado (IVA) Dual de padrão internacional (a CBS - federal, substituirá o PIS, Cofins e IPI, e o IBS - estados e municípios, substituirá o ICMS e ISS); criava o Imposto Seletivo, de caráter regulatório; e adotava alíquota padrão como regra geral. Em seguida, apresentou uma cronologia do novo modelo a partir da Reforma Tributária: i) 2024 e 2025 – leis complementares

de regulação - IBS e CBS, Imposto Seletivo; ii) 2026 – início das alíquotas teste - CBS 0,9% e IBS 0,1%, coexistência com sistema atual e possibilidade de compensação com PIS/COFINS; iii) 2027 – cobrança do CBS e extinção do PIS/Cofins; alíquota zero para o IPI, exceto ZFM, e instituição do imposto seletivo; iv) 2029 a 2032 – transição do ICMS e do ISS para o IBS, com gradual redução e aumento das alíquota dos respectivos tributos; e, v) 2033 – implementação integral do novo modelo e extinção do ICMS, ISS e IPI. Destacou alguns pontos do novo modelo de tributação: a) alíquota padrão do IVA dual, composto por CBS + IBS, com teto de 26,5% até 2030 - Lei Complementar nº 214/2025 - índice poderá ser alterado para não haver perda e nem aumento de arrecadação; b) previsão atual do IVA está em 28%, sendo 18,7% IBS e 9,3% CBS; c) ocorrerá em etapas, com participação ativa de diferentes esferas governamentais e ao longo de um período de transição; d) durante a transição, de 2026 a 2032, o Senado estabelecerá alíquotas de referência para compensar a eventual redução de receita e evitar o aumento da carga tributária; e) após a transição, ocorrerão revisões a cada 5 anos; e, f) a Emenda Constitucional nº 132/2023, que alterou o art. nº 239/CF, estabeleceu que 18% da CBS financiará, nos termos em que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego, outras ações da previdência social e o abono salarial. Na sequência, destacou que as receitas do FAT eram especialmente impactadas: i) pela taxa de crescimento da economia; ii) por alterações de alíquotas e desonerações tributárias; e iii) por desvinculações de receitas. O Coordenador-Geral da CGRFAT finalizou, ressaltando que as receitas primárias do FAT, ao final de 2024, pelo Sistema atual, totalizaram R\$113,36 bilhões, enquanto pelo novo Sistema totalizaria R\$116,89 bilhões, ou seja, teria uma variação positiva da ordem de 3,1% (R\$3,53 bilhões). O Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu ao expositor do tema e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Titular da UGT observou que a projeção ora apresentada foi sobre anos anteriores, o que apontava que não haveria grandes impactos nas contas do FAT. Sugeriu que fosse verificada a possibilidade de participação de alguém da Secretaria Executiva do Codefat no Comitê Gestor do IBS, de modo a manter o Conselho informado sobre esse imposto. O Presidente declarou que a reforma tributária mantinha parte do custeio da previdência social com recursos do FAT, o que era temerário para o futuro das contas do Fundo. O Secretário-Executivo do Codefat substituto ponderou que a presente apresentação demonstrava o compromisso do MTE de acompanhar os impactos da reforma tributária sobre as contas do FAT e de levar ao conhecimento do Conselho posição sobre o tema. Em seguida, passou ao **ITEM 6 – Tema: Abono Salarial – Estudo de impacto sobre as alterações normativas, pela Coordenação-Geral de Recursos**

**do FAT – CGRFAT/DGF/SPT/MTE.** O Coordenador-Geral da CGRFAT declarou que a principal alteração introduzida pelo §3º do art. nº 239/CF foi em relação à renda de elegibilidade ao Abono Salarial, na forma a seguir: a) remuneração média de até 2 salários mínimos - SM no ano; b) o SM de elegibilidade a partir do ano base de 2024 - corrigido pelo INPC; c) o SM de pagamento - corrigido pelo IPCA + PIB, limitado a 2,5%; d) a diferença entre os SM's gera redução na renda de elegibilidade; e) em 2026, receberão benefícios do Abono os trabalhadores com renda de até 1,94 SM; e, f) a redução da remuneração média dos beneficiários estará limitada a 1,5 SM. Observou que o teto de elegibilidade alcançaria 1,5 SM no ano base de 2035 para pagamento em 2037, com redução de 34% dos beneficiários que ganhavam até 2 SM. O Coordenador-Geral da CGRFAT finalizou, apresentando tabela com projeções de beneficiários do Abono, na qual continha o total de beneficiários identificados na RAIS com até 2 SM, o total de beneficiários com ajustes e a redução do número de beneficiários com ajustes (diferença entre total RAIS e ajustado), respectivamente: i) 2025: 25.772.030, 25.772.030 e 00; ii) 2026: 27.885.315, 26.988.523 e 896.792; iii) 2027: 28.939.380, 27.214.882 e 1.724.498; iv) 2028: 29.532.638, 26.888.285 e 2.644.353; e, v) 2029: 30.205.982, 26.576.431 e 3.629.551. O Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu ao expositor do tema e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Presidente destacou que essa questão da redução da renda para elegibilidade ao Abono já estava aprovada pelo Congresso Nacional, o que representaria uma redução substancial do público a ser contemplado por esse benefício. O Secretário-Executivo do Codefat substituto ponderou que foi uma vitória conseguir o escalonamento da redução do valor do SM para elegibilidade ao recebimento do Abono, ressaltando que a ideia inicial era promover a redução de uma única vez. Prosseguindo, passou ao **ITEM 7 – Tema: Evento em comemoração aos 35 anos do FAT e do CODEFAT, pela Coordenação-Geral do FAT – CGFAT/DGF/SPT/MTE.** A Coordenadora-Geral da CGFAT relatou que seriam realizados dois eventos, divididos em dois dias cada; com imersão e debate focados na história, impacto e futuro do FAT e do Codefat, conforme a seguir: a) novembro: reunião ordinária do Codefat, histórico e desafios do FAT, e sustentabilidade do FAT; b) dezembro: reunião ordinária do Codefat, o FAT e o Sistema Público de Emprego – SPE, e experiências do SPE. Relatou que o evento de novembro seria composto pelos painéis 1 a 3 e o de dezembro pelo painéis 4 e 5, a seguir descritos: i) Painel 1 - 35 anos do FAT e do Codefat: Histórico e Desafios - contexto histórico, evolução e os principais desafios enfrentados pelo FAT ao longo de suas três décadas e meia de existência; ii) Painel 2 - Sustentabilidade do FAT como

311 Instrumento para a Proteção Social, Empregabilidade e Desenvolvimento, com Inovação e Geração de  
312 Emprego e Renda - discussão sobre a viabilidade e os desafios para a manutenção da capacidade de  
313 investimento do FAT a longo prazo, garantindo a sustentação do financiamento do desenvolvimento  
314 nacional e das políticas de trabalho no Brasil; iii) Painel 3 - FAT e o Futuro do Trabalho - debate sobre  
315 como o FAT poderia impulsionar o emprego, a qualificação profissional e a proteção social,  
316 contribuindo para o enfrentamento de desafios e o aproveitamento de oportunidades no mercado de  
317 trabalho; iv) Painel 4 - FAT e o SPE - Como o FAT potencializava as ações do SPE para promover o  
318 trabalho decente e debate sobre a integração e otimização de recursos para atender às demandas do  
319 mercado de trabalho; e, v) Painel 5 - Experiências do SPE - introdução às experiências exitosas no SPE.  
320 O Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu à expositora do tema e, em seguida, abriu as  
321 inscrições para manifestação. O Presidente destacou a importância desses eventos para celebrar os  
322 35 anos do FAT e do Codefat, e sua importância para o desenvolvimento nacional. Na sequência, o  
323 Secretário-Executivo do Codefat substituto passou ao **tópico IV - OUTROS ASSUNTOS: ITEM 8 -**  
324 **Entrega dos seguintes documentos: 8.1. Boletim de Informações Financeiras do FAT – 3º Bimestre**  
325 **de 2025**, elaborado pela Coordenação-Geral de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador –  
326 CGRFAT/DGF/SPT/MTE; e, **8.2. Relatório de Acompanhamento da Programação Anual de Aplicação**  
327 **de Recursos do FAT Constitucional**, elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e  
328 Social – BNDES. O Secretário-Executivo do Codefat substituto informou que os documentos e arquivos  
329 da presente reunião se encontravam disponíveis no processo SEI nº 19955.202959/2025-93. O  
330 Secretário-Executivo do Codefat substituto abriu as inscrições para considerações finais. O  
331 Conselheiro Titular da UGT reiterou que fosse solicitado ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e  
332 ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apresentações sobre a situação atual do benefício do  
333 Seguro Desemprego Pescador Artesanal – SDPA. O Presidente ressaltou a necessidade de se discutir  
334 esse tema no Codefat, dado que o FAT era a fonte pagadora do SDPA, acrescentando que seria  
335 importante ouvir o MPA e o INSS sobre o assunto. A Coordenadora-Geral da CGFAT declarou que o  
336 governo estava discutindo essa questão do SDPA, informando que estava registrada a demanda de  
337 convidar o MPA e o INSS para efetuarem apresentações sobre o tema no Codefat. **ENCERRAMENTO:**  
338 Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o Presidente deu por encerrada a reunião,  
339 agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu, Sandro Pereira Silva, Secretário-Executivo do

- 340 Codefat substituto, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo Presidente do  
341 Codefat, demais membros do Colegiado, e por mim.

SÉRGIO LUIZ LEITE  
Presidente do Codefat e  
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

LUIZ MARINHO  
Vice-Presidente do Codefat e  
Conselheiro Titular Representante do MTE

SANDRO PEREIRA SILVA  
Secretário-Executivo do Codefat substituto

CAMILA FERRAZ PEIXOTO CAVALCANTE  
Conselheira Titular Representante da CC/PR

RAFAEL DE AZEVEDO RAMIRES LEÃO  
Conselheiro Titular Representante do MF

EDILSON URBANO DA SILVA  
Conselheiro Suplente Representante do MDIC

CONRADO LEIRAS MATOS  
Conselheiro Suplente Representante do BNDES

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO  
Conselheiro Titular Representante da UGT

JOÍLSON ANTONIO CARDOSO DO NASCIMENTO  
Conselheiro Titular Representante da CTB

TACIMER KULMANN DA SILVA  
Conselheiro Titular Representante da CSB

ROBERTO LÚCIO ROCHA BRANT  
Conselheiro Titular Representante da CNA

SEBASTIÃO ANTUNES DUARTE  
Conselheiro Titular Representante da CNTur

CAIO MÁRIO ALVARES  
Conselheiro Titular Representante da CNT

*Continuação da Ata da 182ª Reunião Ordinária do Codefat*

MARCELO VIANA PARIS

Conselheiro Suplente Representante da CONSIF

CARLOS ALBERTO D'AMBRÓSIO

Conselheiro Suplente Representante da CNC